



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2020 - MANDATO 2017 – 2021

--- Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Alpiarça, em Sessão Ordinária no Auditório da Biblioteca Municipal de Alpiarça, cuja Mesa foi composta pelo senhor Deputado Municipal João Osório que presidiu, tendo sido secretariado pelo senhor Deputado Municipal Miguel Miranda, como 1.º secretário e pela 2.ª secretária, senhora Deputada Municipal Fernanda Garnel. ---

--- **Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:** -----

--- 1. Júlio Manuel Fernandes Pratas (CDU). -----

--- 2. João Pedro Antunes Osório (CDU). -----

--- 3. Anabela Feliciano da Costa (CDU).-----

--- 4. Celestino Tomaz Pereira Brasileiro (CDU).-----

--- 5. Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel (CDU). -----

--- 6. Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo (CDU). -----

--- 7. Miguel Ângelo Félix Miranda (CDU). -----

--- 8. Nuno António de Oliveira Prates (CDU). -----

--- 9. Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito (PS). -----

--- 10. Abel Ferreira Melro Pedro (PS).-----

--- 11. Maria Filomena Lopes Rúbio (PS).-----

--- 12. Joaquim Luís Rosa do Céu (PS). -----

--- 13. Carlos Alberto Dias Marques (PS). -----

--- 14. Ana Rita Monteiro Marques (PS). -----

--- 15. Rodolfo Manuel Machacaz Colhe (PS).-----

--- 16. Armindo Pinto Batata (MUDA). -----

--- **Verificou-se, igualmente, a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal:** -----

--- 1. Presidente Mário Fernando Atracado Pereira.-----

--- 2. Vereador João Pedro Costa Arraiolos.-----

--- 3. Vereadora Casimira Pereira Alves. -----

--- 4. Vereador António da Conceição Moreira.-----

--- 5. Vereadora Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes. -----

--- **A Ordem do Dia foi a seguinte:** -----

--- **Ponto 01: Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua atividade financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para Conhecimento.**-----

- Ponto 02: Proposta Medida de Apoio à População e ao Comércio Local - prorrogação de isenção de taxas e rendas. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.-----
- Ponto 03: Proposta Medida de Apoio à População e ao Comércio Local - prorrogação de isenção de taxas e rendas. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.-----
- Ponto 04: Apreciação e votação da Proposta - Medida de Apoio à População e ao Comércio Local - Proposta de isenção do pagamento de taxas de ocupação do espaço público na área do Município de Alpiarça para o ano de 2021. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----
- Ponto 05: Apreciação e votação da Proposta – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - Valor Percentual para o Ano 2021 - Lei Número 5/2004, de 10 de Fevereiro, na Redação Atualizada - Lei das Comunicações Eletrónicas. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----
- Ponto 06: Apreciação e votação da Proposta - Taxas de Imposto Municipal de Imóveis (IMI) para o Ano de 2020 a liquidar em 2021 - Artigo 112.º do DL n.º 287/2003, de 12 de Novembro, na Redação Atualizada. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta.-----
- Ponto 07: Apreciação e votação da Proposta - Percentagem da Participação Variável no IRS – Ano de 2021 - Artigo 26.º da Lei das Fianças Locais - Lei 73/2013, de 03 de Setembro, na Redação Atualizada Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta. -----
- Ponto 08: Apreciação e votação da Proposta - Taxa de derrama do Ano 2020 - para Cobrança no Ano de 2021. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta.-----
- Ponto 09: Apreciação e votação da Proposta - Rejeição das competências transferidas pelo Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 21/2019 e n.º 23/2019 e 30 de janeiro, na redação dada pelo Decreto Lei n.º 56/2020 de 12 de agosto. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta. -----
- Ponto 10: Apreciação e votação da Proposta Modificação orçamental - Revisão n.º 2 GOP´s. Revisão n.º 4 Orçamento. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.-----
- Ponto 11: Apreciação e votação da Proposta – Extinção de uma Unidade Orgânica de 3.º Grau e Criação de duas Unidades Orgânicas de 3.º Grau e Aprovação do novo Regulamento de Organização dos serviços e Mapa de Pessoal do Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -
- Ponto 12: Apreciação e votação da Proposta de Documentos Previsionais para Ano de 2021 - Câmara Municipal de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.-----
- Ponto 13: Apreciação e votação da Proposta para abertura de procedimento para contratação de um empréstimo de curto prazo no valor de 500.000,00€ - Ano de 2021. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.-----
- Ponto 14: Leitura, discussão e votação da ata da Assembleia Municipal realizada no dia 26 de Junho de 2020. Para deliberação.-----
- Ponto 15: Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do art.º 20 do Regimento. Para deliberação. -----

--- A 2.ª secretária da Mesa da Assembleia Municipal, senhora Deputada Municipal Fernanda Garnel, informou que o senhor Presidente da Mesa se encontrava doente e como tal, tinha solicitado a suspensão do mandato e a 1.ª secretária da Mesa, senhora Deputada Municipal Liliana Carapinha também estava ausente, pelo que nos termos da legislação e do Regimento em vigor, era necessário proceder à eleição de elementos para comporem a Mesa. Foi solicitado ao líderes das Bancadas que indicassem nomes, tendo sido apresentada apenas a Lista A, indicada pela Bancada da CDU, dando-se início à votação, após a qual se apurou que a Lista A foi eleita com 10 votos, pelo que foram chamados para compor a Mesa os senhores Deputados Municipais João Osório e Miguel Miranda. -----

--- O senhor Presidente da Mesa João Osório deu início aos trabalhos da Assembleia Municipal, eram 21h03m. -----

--- Começou por informar que, conforme já tinha sido referido, da parte da CDU encontravam-se ausentes o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Fernando Louro e a senhora Deputada Municipal Liliana Carapinha, que tinham sido substituídos pelos senhores Deputados Municipais Miguel Miranda e Nuno Prates e da parte do Partido Socialista, encontrava-se ausente a senhora Deputada Municipal Ana Margarida Vences Rosa do Céu, que foi substituída pelo senhor Deputado Municipal Rodolfo Manuel Machacaz Colhe. -----

--- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- Depois, questionou se da parte do público alguém se pretendia inscrever para intervir e não tendo havido inscrições, o senhor Presidente da Mesa deu início ao período antes da ordem do dia, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo e dando a palavra aos membros inscritos. -----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe, que começou por referir que a Câmara Municipal tinha feito uma intervenção significativa no Mercado Municipal de Alpiarça e preparava-se para iniciar a 2.ª fase de intervenção, pelo que era importante perceber o que estava a ser feito para instalar ali não apenas os vendedores que já ali estavam instalados, mas também outros serviços que pudessem contribuir para dinamizar o espaço, pois um edifício reabilitado sem serviços não servia de muito. -----

--- Interveio a senhora Deputada Municipal Graciete Brito, para dizer que pretendia voltar a referir-se à questão do acesso ao edifício do Jardim de Infância, no qual tinha sido feita uma intervenção, pelo que estava melhor, mas em dias de chuva o local continuava a não ter condições nem para carros, nem para pessoas, nem para nada, pois tinham ficado imensos buracos na via. Depois, questionou qual era a parte do terreno que efetivamente pertencia à Autarquia, pois não conseguia perceber. -----

--- Falou a senhora Deputado Municipal Fernanda Cardigo, para dar conta das atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia no período compreendido entre a última sessão da Assembleia Municipal e aquela data. Informou que a Junta de Freguesia tinha decidido manter o Cemitério aberto no dia de Todos os Santos, embora estivessem um pouco apreensivos por causa da pandemia, mas tudo tinha corrido pelo melhor com o cumprimento de todas as normas impostas pela Autoridade de Saúde. -----

--- Referiu, depois que tinha sido celebrado um protocolo de cedência de duas salas, sitas na Escola Visconde Barroso ao senhor pintor Máximo Esposito para ali instalar um atelier de pintura e disse que, a pedido da senhora Diretora do agrupamento de Escolas José Relvas, tinham adquirido mais mesas para ceder à escola, pois ainda havia uma turma que estava a ter aulas sem mesas. Informou que, em colaboração com a Câmara Municipal e a Cáritas, iriam novamente participar na elaboração dos Cabazes de Natal para as famílias carenciadas do Concelho. -----

--- Disse que tinham sido adquiridas câmaras fotográficas para colocar no Paúl da Gouxa, porque souberam que era interessante haver câmara fixas para captar imagens de animais, que durante o dia não apareciam no local, mas que de noite era possível avistar e assim seria possível obter esse registo. No âmbito do Programa "De Mãos Dadas Vamos Mais Longe", continuavam com a recolha e doação de móveis e eletrodomésticos e terminou dizendo que a Assembleia de Freguesia se iriam realizar na semana seguinte, dedicada à aprovação do Orçamento para 2021. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, para destacar um aspeto que tinha a ver com o recente alcatroamento de algumas ruas do Concelho, sendo uma aspiração antiga dos moradores, que desta vez tinha sido possível cumprir. Continuou endereçando uma palavra de apreço quer ao Executivo Municipal, quer aos respetivos funcionários, que mesmo com todas as dificuldades decorrentes dos tempos de pandemia que se viviam, nunca tinham deixado de fazer o seu trabalho com empenho e dedicação, estando sempre disponíveis para a população, o que era de louvar, sendo certo que infelizmente, o mesmo não se verificava nos serviços da Administração Central. -----

--- Interveio a senhora Deputada Municipal Anabela Costa, para enaltecer o papel das autarquias e de outras associações no momento difícil que o país atravessava, de conseguir fazer chegar às populações atividades culturais e artísticas, julgando que esse era um sentimento comum a todos, pois apesar de todas as dificuldades e limitações, as iniciativas ainda iam acontecendo, através de novas formas e novos meios de realização das mesmas, permitindo que não se verificasse uma paragem total de toda a atividade cultural das localidades e em concreto do Concelho de Alpiarça. Enalteceu, também, as instituições do Concelho de Alpiarça que se dedicavam aos idosos, mas referiu que não deviam ficar esquecidos os idosos que se encontravam em casa sozinhos, que não estavam institucionalizados e que não podiam ir para os centros de dia, pelo que considerava fundamental o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal no apoio a tais pessoas, a quem por vezes bastava uma palavra de conforto e de carinho.-

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que começou por dizer que na última sessão da Assembleia Municipal, realizada na Casa dos Patudos, tinha sido abordado o tema da vantagem de manter uma identidade material e imaterial das vilas e localidades, nomeadamente, defendendo aspetos distintivos, que no caso de Alpiarça se prendiam com os usos e costumes, pelo que questionava o executivo municipal sobre se considerava que um local chamado "*Fontanário House*" se incluía nos referidos valores de identidade. -----

--- Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas, começando por informar que por razões óbvias, a Festa de Natal dos trabalhadores e eleitos do Município e da Freguesia não se iria realizar, tendo sido tomada a opção de entregar a todos uma lembrança alusiva à época do Natal, nomeadamente, uma garrafa de vinho com um rótulo criado especificamente para o efeito e uma caixa de doces tradicionais do Concelho, ajudando assim o comércio tradicional. Continuou a intervenção, respondendo que em relação ao Mercado Municipal de Alpiarça, esperavam que a intervenção já concluída e a intervenção a executar, pudessem contribuir para atrair mais pessoas para aquela zona e também mais atividades comerciais e de serviços, embora tivesse consciência que face à pandemia que se vivia, o momento não era o mais indicado para atingir o objetivo de animar toda a zona e conseguir chamar para o local novos projetos, mas ainda assim julgava que já se notava alguma dinamização e mais movimento na zona em causa, apesar de não ser a altura mais indicada para fazer balanços de tal situação, pois as condicionantes da atualidade não permitiam qualquer tipo de avaliação justa ao assunto. -----

--- No que respeitava às questões colocadas pela senhora Deputada Municipal Graciete Brito, explicou que o acesso ao Jardim de Infância tinha sido alvo de algumas intervenções, que tinham tentado melhorar alguns aspetos menos confortáveis para os pais e para as crianças, tendo igualmente sido levada a cabo uma intervenção no telheiro e na zona junto ao portão com a colocação de gravilha, embora toda a área que confinava com a Rua Maria Luísa Falcão, que era maioritariamente do Município, ainda não tinha sido arranjada e naturalmente, quando chovia a zona ficava de facto alagada quando chovia, mas estavam a tentar encontrar soluções para o problema. -----

--- Referiu que a colocação dos aparelhos de resistência muscular estava a ser realizada, numa parceria entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, sendo que no Frade de Cima tal trabalho ainda não tinha sido concretizado, pois estavam a tentar encontrar a melhor solução para a colocação dos equipamentos. Referiu-se, também, ao alcatroamento recentemente concretizado nalgumas ruas do Concelho, dizendo que se tratava duma primeira intervenção e que esperava que na sequência da aprovação do empréstimo para o efeito, fosse possível dar continuidade a tais intervenções. -----

--- Frisou, de seguida, que a referência feita pelo senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro ao esforço e dedicação dos trabalhadores do Município, era muito justa e merecida e que também concordava com a senhora deputada Municipal Anabela Costa, no que respeitava à importância para a população de manter a realização de alguns eventos culturais. Quanto à questão da identidade do Concelho, salientou que essa era naturalmente uma preocupação, mas tendo em conta os "sinais dos tempos" e o respeito pela regulamentação a aplicar, no âmbito das intervenções particulares, por vezes não havia margem para influenciar certas opções, sendo que no caso concreto até entendia que a recuperação do edifício degradado tinha constituído uma mais-valia para o local e os serviços técnicos também não tinham chamado a atenção para nenhuma irregularidade, mas a situação podia eventualmente voltar a ser alvo de uma melhor apreciação no futuro. -----

--- Por fim, deu nota dos dados da situação epidemiológica no Concelho de Alpiarça, salientando o comportamento responsável das instituições, da Escola e da população do Concelho no combate à pandemia. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe, para referir que no fim de semana anterior se tinha deslocado ao Mercado Municipal de Almeirim e tinha verificado uma maior afluência ao mesmo, decorrente provavelmente do facto da população pretender evitar as grandes superfícies, pelo que tinha que discordar com o senhor Presidente da Câmara Municipal, quando dizia que os tempos que se viviam eram um fator importante para diminuir a afluência de pessoas ao Mercado Municipal de Alpiarça. Julgava, por isso, que deviam ser feitos esforços no sentido de encontrar vendedores que se quisessem fixar no Mercado todos os dias da semana, pois só assim seria possível atrair compradores para o local. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a sugestão, mas salientou que não considerava que a falta de procura de locais de venda nos mercados tradicionais fosse um problema recente, nem tão pouco exclusivo de Alpiarça, mas era geral e tinha muito a ver também com transformações operadas nas estruturas sociais e produtivas, nomeadamente, com o surgimento dos hipermercados e dos centros comerciais, que eram os competidores por excelência do comércio tradicional, o que não era fácil de combater e reverter, mas certamente que cabia às autarquias um papel importante nesse trabalho, por mais difícil que parecesse. No entanto, julgava que era justo reconhecer que havia mais lojistas no Mercado Municipal e mais procura de comerciantes para se instalarem no mesmo. -----

--- Finalizadas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à ordem de trabalhos da reunião.-----

--- **ORDEM DO DIA** -----

--- **Ponto 01: Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua atividade financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para Conhecimento.**-----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal destacou da informação apresentada naquele ponto a situação financeira do Município, referindo que em relação ao endividamento se verificava uma redução de sete milhões setecentos e cinquenta e sete mil euros, que correspondia a uma descida de cerca de 58% da dívida global. Destacou os aniversários do Clube Desportivo "Os Águias" (98 anos) e da SFA (89 anos) e em relação à futura área de apoio ao autocaravanismo, deu nota que já tinha sido assinado o respetivo contrato de financiamento, num valor de cento e quarenta mil euros e informou que o Município participou, em termos financeiros, no programa de vacinação da gripe sazonal. -----

--- Referiu-se à apresentação pública do projeto de requalificação da 2.ª fase do Mercado e do Centro Cívico, que tinha decorrido no dia 23 de Outubro de 2020 e destacou a homenagem feita a José Relvas no aniversário do seu falecimento, bem como as homenagens aos bombeiros falecidos. Informou que o Município de Alpiarça tinha, novamente, integrado o DECIR com duas equipas de efetivos, para auxílio no combate aos incêndios rurais e deu também conta que tinha decorrido uma reunião por videoconferência,

com o senhor Ministro das Infraestruturas, que teve como tema principal a falta de investimento no Distrito de Santarém, e em concreto na região da Lezíria do Tejo, com especial destaque para a falta de inclusão da conclusão do IC3 no plano de investimentos. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Deputada Municipal Graciete Brito, que destacou a importância da insistência na construção do IC3, levada a cabo pelos municípios da Lezíria do Tejo junto do Governo. Continuou, questionando o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre se na sequência da reunião da Assembleia Municipal da Tagusgás, se perspectivava alguma intervenção na rede existente no Concelho de Alpiarça. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, para questionar se a reunião com a Caixa Geral de Depósitos mencionada na informação, tinha acontecido com a Administração e se na mesma tinha sido abordada a situação da agência de Alpiarça, que como todos sabiam estava a cumprir apenas os serviços mínimos, ou seja, se havia alguma perspetiva de alteração dessa situação no futuro. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Abel Pedro, que se congratulou com a reunião realizada com o senhor Ministro das Infraestruturas e com a insistência na necessidade de construção do IC3. Reiterou, também, a necessidade de resolver a situação da agência da Caixa Geral de Depósitos em Alpiarça e solicitou igualmente esclarecimentos sobre o resultado da Assembleia Geral da Tagusgás. -----

--- Em resposta, o senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que na reunião com o senhor Ministro das Infraestruturas, também tinham sido abordados outros investimentos, como a variante da linha do Norte de Santarém, a Ponte Rainha D. Amélia e a travessia do Vale do Sorraia, como exigência da região até por constarem do plano de desenvolvimento da Lezíria do Tejo, embora a única abertura conseguida se prendia com a questão da travessia dos resíduos perigosos por dentro das povoações e como tal, apelava aos eleitos daquela Assembleia Municipal, sobretudo do Partido Socialista, para que também os mesmos insistissem junto do Governo, pelos meios que tinham ao dispor, nomeadamente, as estruturas partidárias distritais, para a resolução daquele problema. -----

--- No que se referia à rede de gás natural, informou que havia uma previsão para investir na extensão da rede, mas de acordo com uma lógica de mercado, ou seja, com base em custos de mercado feitos em cada momento, não obstante a existência de solicitações de autarquias e até de moradores, que iam sendo analisadas e aceites ou não, consoante os custos e benefícios apurados. Referiu que a reunião com a CGD, tinha sido solicitada precisamente para ser demonstrado o descontentamento pela situação que se verificava atualmente em Alpiarça, mas a resposta era sempre a de que aquela era a única forma possível de manter o balcão a funcionar no Concelho e que resultava dum plano alargado a todo o país, assumido pelo Governo e de acordo com as indicações do Banco de Portugal, pelo que não havia qualquer garantia que a agência da CGD de Alpiarça voltasse a funcionar como dantes. -----

--- O senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe informou, que os Deputados do Partido Socialista na Assembleia da República já tinham repudiado a não inclusão do IC3 no plano de investimentos, pelo que estavam a fazer o seu trabalho. -----

--- **Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

--- **Ponto 02: Proposta Medida de Apoio à População e ao Comércio Local - prorrogação de isenção de taxas e rendas. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.**-----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que o documento em causa, por lapso, não tinha ido à sessão anterior da Assembleia Municipal, pelo que estava agora a ser apresentado. -----

--- **Deliberação: Aprovado por unanimidade.** -----

--- **Ponto 03: Proposta Medida de Apoio à População e ao Comércio Local - prorrogação de isenção de taxas e rendas. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.**-----

--- O senhor Presidente da Mesa explicou que aquele ponto era semelhante ao anterior, mas dizia respeito aos meses de dezembro de 2020 e janeiro de 2021. -----

--- **Deliberação: Aprovado por unanimidade.** -----

--- **Ponto 04: Apreciação e votação da Proposta - Medida de Apoio à População e ao Comércio Local - Proposta de isenção do pagamento de taxas de ocupação do espaço público na área do Município de Alpiarça para o ano de 2021. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.** -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que se propunha a isenção do pagamento das taxas de ocupação do espaço público no Concelho de Alpiarça, para todo o ano de 2021, como medida de incentivo à atividade comercial. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, dizendo que ia votar a favor do ponto, mas salientou que a atividade comercial nunca mais voltaria a ser o que era e como tal, questionava até que ponto a Câmara Municipal, juntamente com os comerciantes, não podiam refletir na forma de dinamizar outras estruturas comerciais e novas formas de desenvolvimento do comércio. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal concordou com a intervenção, reforçando que naturalmente as autarquias tinham um papel importante na procura e dinamização de novas formas de comércio. -----

--- **Deliberação: Aprovado por unanimidade.** -----

--- **Ponto 05: Apreciação e votação da Proposta – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TM DP) - Valor Percentual para o Ano 2021 - Lei Número 5/2004, de 10 de Fevereiro, na Redação Atualizada - Lei das Comunicações Eletrónicas. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.** -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a proposta era idêntica à apresentada em anos anteriores, desde que a taxa tinha legalmente surgido e tinha sido aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Carlos Marques, para questionar se poderia ser equacionada a aplicação duma taxa diferenciada para quem utilizava o solo e para quem utilizava a via aérea para instalação dos cabos, como forma de incentivar a utilização do solo para o efeito, evitando a passagem aérea dos cabos pelas ruas do Concelho. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata, que frisou que existia legislação específica sobre a matéria e que obrigava as operadoras a retirarem os cabos aéreos, sendo que havia

municípios que estavam a tentar aplicar essa lei, não sabia se com ou sem sucesso, mas questionava se a Câmara Municipal não conseguia fazer um levantamento rua a rua, troço a troço, independentemente do tempo que isso levasse, para que se verificassem que cabos já não estavam a ser utilizados. -----

--- Em resposta, o senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que mesmo com isenção da cobrança total ou parcial daquela taxa, as operadoras dificilmente retirariam os cabos aéreos existentes, pois os valores das taxas eram irrisórios e o levantamento em causa ainda não tinha sido feito, mas a CIMLT tinha um projeto que estava a ser discutido, que visava precisamente fazer o levantamento de todas as infraestruturas aéreas, do solo e do subsolo existentes nos municípios associados, ao nível da eletricidade, esgotos, águas, telecomunicações entre outras, pelo que esse seria um trabalho a desenvolver por aquela via, até porque a Câmara Municipal não tinha no seu quadro técnicos de determinadas áreas específicas e após esse levantamento, talvez fosse possível começar a aplicar as normas relativas à obrigatoriedade de retirar os cabos aéreos e até aplicar taxas que não estavam a ser cobradas. -----

--- **Deliberação: Aprovado por unanimidade.** -----

--- **Ponto 06: Apreciação e votação da Proposta - Taxas de Imposto Municipal de Imóveis (IMI) para o Ano de 2020 a liquidar em 2021 - Artigo 112.º do DL n.º 287/2003, de 12 de Novembro, na Redação Atualizada. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta.**-----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a proposta apresentada apontava para uma descida da taxa, quer para os prédios urbanos, quer para os prédios rústicos, embora o impacto incidisse mais nos primeiros. -----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe para referir que a Assembleia Municipal tinha vindo a aprovar medidas de apoio à população e ao comércio, e isso tinha que ser feito e certamente iria continuar a acontecer, mas considerava que num momento tão difícil podia haver um esforço para se baixar mais aquela taxa, ainda que no futuro a mesma pudesse voltar a subir, pelo que por esse facto ia abster-se na votação. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, dizendo que a palavra chave daquele ponto era a redução do IMI, mas num orçamento de treze milhões de euros estavam a reduzir o IMI em apenas vinte e quatro mil euros, numa altura em que se dizia que se estava a apoiar a população, pelo que questionava se não era possível reduzir mais aquela taxa. -----

--- Pediu a palavra a senhora Deputada Municipal Anabela Costa, para dizer que tinha consciência que o IMI era um imposto que ninguém gostaria que existisse e que todas as forças políticas, certamente que gostaria de acabar com o mesmo. Referiu que todos gostavam que as autarquias ajudassem mais as populações, não cobrando aquele tipo de impostos, mas para isso tinham que ter disponibilidade financeira e como tal, poderia ser igualmente útil que o próprio Governo também adotasse mais medidas de ajuda às populações, como por exemplo, o aumento do salário mínimo nacional, o que certamente iria beneficiar muito a população. -----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, para esclarecer que ninguém mais do

que o executivo municipal e os próprios deputados da CDU gostariam de propor ali uma taxa mais reduzida, pois essa seria uma opção do agrado de todas as pessoas, mas convinha recordar que durante alguns anos a taxa aplicada pela CDU tinha sido a mínima e só tinha sido alterada, para garantir a sustentabilidade financeira da Autarquia. Relembrou que apesar da aplicação daquela taxa, existia também um conjunto alargado e reduções e isenções do pagamento da mesma, que podiam beneficiar uma parte significativa da população. -----

--- Continuou, frisando que durante alguns anos não tinha sido possível prestar um conjunto de serviços à população, porque o Município não podia pedir empréstimos, nem contratar trabalhadores para exercer as suas competências como seria desejado e disse, ainda, que um dos municípios vizinhos, que era muitas vezes ali citado, tinha mantido a taxa sempre nos 0,4% e nunca a tinha descido até aquela data e que estava a propor uma taxa idêntica à que ali estava a ser proposta. Disse que o valor arrecadado com aquela taxa, iria ser certamente devolvido às populações e lembrou que se a Lei das Finanças Locais estivesse a ser cumprida, certamente podiam estar ali a falar de um valor de taxa mais reduzido, mas isso não se verificava.

--- O senhor Deputado Municipal Abel Pedro esclareceu que o IMI era um imposto municipal, pelo que era naquele órgão que tinha que ser tratado e não cabia à Assembleia Municipal falar de impostos que não eram municipais. Continuou dizendo que se estava a viver uma época muito complicada, pelo que podia ter havido um esforço para baixar um pouco mais aquela taxa, para dar um sinal forte junto das populações, não obstante nos anos seguintes ter que se aumentar a taxa em causa. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos explicou que a proposta em causa não podia ser dissociada de todos os fatores que levavam ao funcionamento duma autarquia local, sendo certo que tal imposto era uma das formas que o Estado tinha encontrado para financiar as autarquias, ou seja, para tentar cumprir a Lei das Finanças Locais, que noutras vertentes não era cumprida. Acrescentou que, dada a situação que se vivia, não era possível antecipar com toda a certeza qual a receita que o Município iria arrecadar e tendo em conta os investimentos previstos, era necessário ter cautela nesta matéria para não comprometer a atividade da Câmara Municipal em 2021. -----

--- Pediu de novo a palavra o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, para referir que todos sabiam porque é que 2021 iria ser um ano de grandes investimentos, mas no seu entender, gerir um município não era atirar com dinheiro para cima de obras talvez inconsequentes para o desenvolvimento de Alpiarça, ou seja, que não se sabia qual o efetivo retorno que teriam e como tal, não concordava com uma gestão que se limitava a arranjar dinheiro para fazer obras. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Abel Pedro, para questionar se era possível saber qual o valor exato que a Câmara Municipal ia receber a menos com o valor daquela nova taxa de IMI ali proposta. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que para o executivo municipal teria sido mais fácil aplicar a taxa mínima, ficar "bem na fotografia", mas isso comprometia outros apoios à população, uma vez que, a mesma não era ajudada apenas através da isenção ou redução de impostos, pelo que considerava a taxa proposta razoável, face à situação que se verificava naquele momento. -----

--- **Deliberação: Aprovado por maioria, com 8 votos a favor (CDU) e 8 abstenções (7 PS e 1 MUDA).** -----

--- **Ponto 07: Apreciação e votação da Proposta - Percentagem da Participação Variável no IRS – Ano de 2021 - Artigo 26.º da Lei das Finanças Locais - Lei 73/2013, de 03 de Setembro, na Redação Atualizada Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta.** -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que se propunha a manutenção da proposta em 5% do IRS, à semelhança do que já vinha sendo proposto nos anos anteriores. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Armindo Batata para dizer que julgava que havia formas de dar sinais à população de que a mesma importava, formas de captar as pessoas e as suas famílias, pelo que não vislumbrando ali esses sinais ia abster-se. -----

--- A senhora Deputada Municipal Graciete Brito pediu a palavra para reforçar que entendia que aquela era mais uma oportunidade que a Autarquia tinha para demonstrar à população que a estava a ajudar e apoiar, e por isso, lamentava que aquela proposta não fosse nesse sentido. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a intervir, explicando que com exceção de Coruche e Rio Maior, todos os municípios da Lezíria do Tejo aplicavam aquela taxa, até porque o IRS era um imposto progressivo, sendo que muitas pessoas até nem pagavam IRS por terem rendimentos muito baixo, pelo que a redução da taxa do IRS iria beneficiar quem mais ganhava e como tal, aquela opção era de facto ideológica, pois o executivo municipal não concordava que se devesse beneficiar quem mais rendimentos auferia. -----

--- Pediu novamente a palavra a senhora Deputada Municipal Graciete Brito para dizer que concordava com algumas das observações feitas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, mas julgava que o raciocínio não podia ser aquele, porque as situações não eram assim tão lineares e deu como exemplo o facto de algumas famílias puderem estabelecer-se em Alpiarça, pelo que facto saberem que ali iam pagar menos IRS. -----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata também voltou a intervir, para reforçar que tudo aquilo lhe fazia lembrar uma frase dita com gracejo: "*uns queriam acabar com os ricos e outros queriam acabar com os pobres*", mas na realidade o raciocínio não era de todo tão linear. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que não pretendia fazer ali nenhuma revolução, mas na verdade acreditava que não se conseguia acabar com os pobres, sem acabar com os muitos ricos. Explicou que se poderia fazer a recolha dos dados dos municípios que aplicavam medidas de atratividade para as famílias, mas aquilo que se iria concluir era que tais municípios estavam todos os anos a perder população e como tal, aquele raciocínio podia ser verdadeiro do ponto de vista teórico, mas na prática a situação da vida das pessoas era outra e não era por aquele meio que se fazia e conseguia justiça social. -----

--- **Deliberação: Aprovado por maioria, com 8 votos a favor (CDU) e 8 abstenções (7 PS e 1 MUDA).** -----

--- **Ponto 08: Apreciação e votação da Proposta - Taxa de derrama do Ano 2020 - para Cobrança no Ano de 2021. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta.** -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que também aqui se pretendia manter os valores da taxa de derrama dos anos anteriores. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, para dizer que a propósito dos pontos anteriores, já ali tinha sido focado que se estava a viver um momento muito específico, muito melindroso, pois o contexto de pandemia atual era de facto único e inimaginável aos mais diversos níveis, pelo que considerava ser de extrema importância agir ao nível da manutenção dos postos de trabalho e isso apenas se conseguia através de apoios a quem estava instalado, ou seja, a quem estava efetivamente a laborar e como tal, uma proposta que não beneficiava nada quem estava a fazer esse esforço, mas que pretendia beneficiar quem se dispusesse a instalar e criar três postos de trabalho, não constituía nenhum incentivo ao esforço que estava a ser feito pelas empresas do Concelho, e por isso, se não houvesse ali abertura para se discutir aquela proposta, o seu voto seria contra a mesma. -----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata salientou que se tratava de um imposto no valor de cento e vinte mil euros, num orçamento que ascendia aos treze milhões e por isso, julgava que tinha que se escolher o caminho a seguir e estava a falar-se daquilo que Alpiarça mais necessitava, que era manter as empresas que empregavam as pessoas, para que estas depois pagassem IRS e o IMI das suas habitações. Disse que era preciso perceber que as empresas não eram inimigas, e apesar de perceber que tudo podia funcionar sem empresas, tudo podia ser público e nesse caso, nem se estaria ali a discutir nada, a verdade era que as empresas existiam e deviam ser apoiadas, pois davam emprego à população, e como tal, iria votar contra aquela proposta, uma vez que, a mesma não defendia as empresas existentes no Concelho. ----

--- Pediu a palavra a senhora Deputada Municipal Anabela Costa, para relembrar que a derrama era um imposto aplicado sobre os lucros tributáveis do ano de 2020, e como tal, era um pouco perigoso ir pela via do sentimentalismo naquela questão, já que Alpiarça tinha na sua maioria empresas ligadas ao setor agrícola ou ligadas à transformação de produtos do setor agrícola, sendo que as mesmas não tinham ficado impedidas de laborar por causa da pandemia, e segundo o que lhe parecia, o ano de 2020 até nem lhes tinha corrido muito mal. Disse que, de facto, havia empresas ligadas a outros setores, que não tinham conseguido laboral e em relação às quais os apoios estatais tinham sido quase nulos, mas não era o caso das empresas daquele setor agrícola, que na maioria dos casos até recorriam em grande escala ao trabalho temporário, e por isso, compreendia-se que não pudessem ter concorrido aos apoios para manutenção de postos de trabalho, já que as próprias não tinham postos de trabalho para manter, pelo que era preciso ter alguma cautela naquela questão da derrama. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos interveio para dizer que tinha sido ali colocado um conjunto de questões, que pretendiam criar a imagem de que a CDU era contra as empresas, mas isso não correspondia à verdade, ou seja, a CDU não era contra as empresas e o executivo municipal, mais do que ninguém, pretendia que as empresas continuassem a laborar no Concelho, mas também era necessário falar nos trabalhadores, pois eram eles que permitiam às empresas laborar e como tal, tinha que haver um equilíbrio naquela equação, ou seja, tal como sempre foi defendido pela CDU o sistema e a sociedade tinham que ser equilibrados. Continuou, para dizer que existiam regras para calcular os valores orçamentais e por isso, o valor em causa resultava da aplicação dessas regras, sendo certo que se existiam empresas que apesar da

pandemia e até por causa da mesma, tinham conseguido manter ou até aumentar os seus lucros, não entendia porque não poderiam contribuir para o desenvolvimento do Concelho de Alpiarça, sendo certo que as empresas em dificuldades nem sequer iriam pagar aquele imposto, pois não tinham lucros tributáveis. -----

--- Deliberação: Aprovado por maioria com 8 votos a favor (CDU), tendo sido exercido o voto de qualidade do senhor Presidente da Mesa e 8 votos contra (7 PS e 1 MUDA). -----

--- Ponto 09: Apreciação e votação da Proposta - Rejeição das competências transferidas pelo Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 21/2019 e n.º 23/2019 e 30 de janeiro, na redação dada pelo Decreto Lei n.º 56/2020 de 12 de agosto. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para explicar que se propunha a rejeição das competências na área da ação social, educação e saúde, que se traduziam no pacote mais pesado de todas as transferências que o Governo pretendia transferir, sem que mais uma vez, se verificasse o acompanhamento da transferência das respetivas verbas, necessárias a colmatar o custo efetivo do desenvolvimento das mesmas. Disse que se tratavam das áreas de maior peso e maior impacto na sociedade e como tal, se fossem exercidas de modo diferente nos vários municípios, poderiam levar ao aumento das assimetrias e ao acentuar das diferenças entre as populações. -----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe, para dizer que o tema não era novo, já tinha sido abordado várias vezes e que se compreendia que era um tema sensível para as autarquias, face ao impacto que iria ter no seu funcionamento e nas populações, mas era preciso não esquecer que aquilo iria acabar por acontecer. Disse que o assunto da regionalização era muitas vezes abordado, como forma de responder ao processo de transferência de competências e que aceitava que esse pudesse ser um caminho viável, mas não era o que estava a ser tomado e por isso, julgava que a Câmara de Alpiarça cometia um erro aos estar sistematicamente a rejeitar algumas daquelas competências, que eram de extrema importância para os munícipes, sendo certo que em algum momento as competências iriam ser todas transferidas e depois, seria mais difícil gerir todo o processo ao mesmo tempo do que ir paulatinamente aceitando algumas competências. -----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata começou por referir, que sempre tinha tido o mesmo sentido de voto em relação àquela matéria, e que apesar de reconhecer que um dia aquilo iria acontecer, julgava que não podia ser daquele modo, pois tudo tinha que ser ponderado, discutido, avaliados os custos, de onde vinha o dinheiro, quem faria o quê e não da forma precipitada como se pretendia fazer e por isso, iria votar favoravelmente o ponto. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder, tendo o mesmo referido que em relação à dita inevitabilidade da transferência de competências, não concordava com o que havia sido dito e a prova disso era que, naquelas matérias ali em causa, o Governo tinha sido obrigado a adiar,

porque muitos autarcas, até do Partido Socialista, se tinham recusado a aceitá-las e se tinham manifestado certamente internamente sobre as mesmas, pelo que não tinha dúvidas a julgar pelo que ouvia, que a esmagadora maioria dos autarcas em Portugal eram contra tal processo, embora alguns tivessem sucumbido às pressões e tivessem aceitado algumas de forma avulsa e rejeitando outras. Disse que em relação àquelas matérias específicas, seria um desastre aceitá-las daquela forma, pois era um presente envenenado que iria manchar certamente a boa imagem que as autarquias ainda tinham junto da população. -----

--- Naquela altura, eram 23h59m e como tal, o senhor Presidente da Mesa teve que interromper as intervenções para colocar à votação a continuidade dos trabalhos, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- Continuou o senhor Presidente da Câmara Municipal, questionando o senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe sobre se o mesmo estaria ali a sugerir que a Câmara Municipal pudesse aceitar umas competências e rejeitar outras e nesse caso, quais daquelas competências em causa poderia a Câmara Municipal aceitar ou rejeitar. Disse, ainda, que a proposta era no sentido de as rejeitar todas, sendo certo que em sua opinião algumas nunca deveriam passar para o âmbito do poder local, pois eram atribuições do Estado Central e só assim se conseguiam evitar desigualdades. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, para lembrar que desde a primeira hora que a Bancada do Partido Socialista defendia que se devia olhar para as competências a transferir caso a caso, estudando situação a situação e não aceitar ou rejeitar tudo em bloco, pelo que a posição ali expressa era exatamente a mesma. Referiu que a legislação mencionava o custo padrão dos serviços e como tal, era essa a base para os cálculos dos montantes a transferir, embora a própria lei dissesse que poderiam haver ajustes em tal matéria, pelo que naquele caso em concreto, se na área da saúde e da educação lhe parecia complicado assumir as competências com base no que havia sido proposto, já na área da ação social não via porque não poderia a Câmara Municipal fazê-lo, uma vez que, até teria mais capacidade de corrigir as falhas resultantes da homogeneização que resultava das ações do Estado em tal matéria, já que intervir do ponto de vista social num município de maior dimensão, não era o mesmo que intervir noutro de menor dimensão ou menos desenvolvido e por isso, sendo as autarquias a assumir essa função, poderia verificar-se uma discriminação positiva em função do território. -----

--- A senhora Deputada Municipal Graciete Brito deu início à sua intervenção, para dizer que tinha muitas dúvidas na matéria e que se percebia que na área da saúde e da ação social era delicado para os municípios assumirem aquelas competências, já na área da educação a situação era diferente, pois excluindo a questão do que dizia respeito aos professores, nomeadamente, o processamento dos seus vencimentos, a sua colocação e outras questões relacionadas com os mesmos, que certamente nunca poderiam passar a curto prazo para as autarquias, já a gestão de pessoal não docente, os edifícios e outras matérias não eram situações difíceis, tendo em conta que as câmaras municipais até já as assumiam nalguns níveis de ensino, passando agora apenas também o ensino secundário, pelo que no caso de Alpiarça a questão seria residual.

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Municipal Carlos Marques, para expressar que também considerava inevitável que a transferência de competências acontecesse e como tal, gostaria de saber o que já estava a ser feito pela Autarquia para se preparar para essa situação. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que se ninguém apresentava um estudo sério, profundo e credível sobre os custos associados à transferência de competências, bem como sobre a própria adequação da transferência de certas áreas para o domínio dos municípios, não existia margem para tomar outra decisão sobre aquela questão. -----

--- **Deliberação: Aprovado por maioria com 9 votos a favor (8 CDU e 1 MUDA) e 7 abstenções (PS).** -----

--- **Ponto 10: Apreciação e votação da Proposta Modificação orçamental - Revisão n.º 2 GOP's. Revisão n.º 4 Orçamento. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.**-----

--- O senhor Vereador João Arraiolos explicou que aquela revisão resultava do desenvolvimento de alguns projetos e atividades que não estavam previstos e como implicavam a transferência de capital exigiam a criação de novas rubricas. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Deputada Municipal Filomena Rúbio, que em relação ao projeto BIBLIOTIC questionou quais os benefícios que eram esperados para o Município, com a aquisição de material tecnológico e publicações, ou seja, se os mesmos eram para a Biblioteca ou para as escolas. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos esclareceu que o material ficaria para a Biblioteca Municipal, ou seja, era um benefício direto para o Município, que consistia na aquisição de dez computadores, que iriam permitir a renovação de todo o equipamento atualmente existente no local, sendo que o projeto também contemplava formação para os funcionários da Biblioteca Municipal. -----

--- **Deliberação: Aprovado por unanimidade.** -----

--- **Ponto 11: Apreciação e votação da Proposta – Extinção de uma Unidade Orgânica de 3.º Grau e Criação de duas Unidades Orgânicas de 3.º Grau e Aprovação do novo Regulamento de Organização dos serviços e Mapa de Pessoal do Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.** -

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao senhor Vereador João Arraiolos, que começou por explicar que a proposta surgia na sequência da preparação e elaboração do mapa de pessoal, que se tinha que juntar ao orçamento, tendo-se constatado que havia a necessidade de reorganizar alguns serviços, que estavam todos integrados na mesma unidade orgânica, quando em termos administrativos e de funcionamento respeitavam a áreas muito distintas e diferenciadas, como era o caso da cultura e turismo, por um lado e da educação, ação social e desporto por outro lado, pretendendo-se com tal alteração refletir o que na prática acontecia, sendo que aquela alteração implicava também a aprovação de um novo regulamento de organização dos serviços. -----

--- Começou por intervir o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, para colocar algumas dúvidas, nomeadamente, quanto iria custar aquela alteração que implicava a criação de mais um posto de trabalho,

ou seja, em termos de despesa total para o Município qual seria a despesa para 2021 com aquele novo posto de trabalho, uma vez que, o senhor Vereador até já tinha ali dito naquela noite que era necessário ter alguma prudência em relação às despesas do Município. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Abel Pedro, que disse não ter compreendido os fundamentos de tal alteração à estrutura orgânica dos serviços, ainda mais num ano atípico como o que se estava a viver, pelo que questionava o porquê daquela opção e a quem a mesma se destinava, bem como os custos que iriam estar em causa, pois julgava que os valores que a criação daquele posto de trabalho implicavam correspondiam a cerca de 2% que se podiam ter baixado no IMI. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, para dizer que estava admirado que o senhor Deputado Municipal Abel Pedro já soubesse para quem eram os lugares, mas não percebia como é que isso podia acontecer. Voltou a dizer que, justamente por se ter entendido que os serviços não estavam a funcionar devidamente, é que se tinha decidido separar aqueles serviços e criar duas unidades orgânicas distintas. Explicou que os lugares não se destinavam a ninguém, sendo certo que a ocupação dos mesmos podia ser feita em regime de substituição por um curto período, mas depois teria que ser aberto um procedimento concursal, que até tinha que ser submetido à Assembleia Municipal, no que respeitava à aprovação do júri do concurso, pelo que não compreendia as insinuações que ali estavam a ser feitas. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra, para referir que a discussão tinha começado mal, ou seja, de forma indevida, pois os senhores Deputados Municipais podiam discordar das opções, mas não podiam levantar ali suspeições ou processos de intenções, por mais que alguém os tivesse convencido do que estavam a insinuar. -----

--- O senhor Deputado Municipal Abel Pedro pediu de novo a palavra, para dizer que podia ter-se excedido na sua intervenção, mas de qualquer forma a ocupação daqueles cargos implicaria custos, ainda que menores do que se podia prever e era isso que gostaria de ver esclarecido. -----

--- O senhor Deputado Celestino Brasileiro tomou a palavra para dizer que tinha ficado completamente esclarecido com a explicação dada pelo senhor Vereador, pelo que qualquer interpretação que pudesse ser feita noutra sentido era abusiva. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe, para dizer que julgava que a questão seria perceber do ponto de vista meramente operacional, qual a vantagem naquela alteração, ou seja, a mesma podia fazer sentido para o executivo municipal, mas podia não ser entendida por outras pessoas e como tal, era importante perceber esse aspeto e referiu, ainda, que se tinha sido sentida a necessidade de criar um cargo dirigente para as áreas da ação social, educação e desporto, então era porque se compreendia que as mesmas mereciam uma atenção específica. -----

--- A senhora Deputada Municipal Graciete Brito pediu a palavra para solicitar esclarecimentos sobre o

funcionamento das unidades orgânicas a criar, nomeadamente, como é que justificavam a criação daqueles lugares pelo facto do serviço não estar a funcionar bem, se a unidade orgânica existente e que iria ser substituída pelas duas a criar nunca tinha funcionado. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, para dizer que tinha percebido que havia uma leitura conceptual do executivo em termos orgânicos, e era só isso, ou seja, pretendiam criar uma estrutura, que não era para usar já, mas apenas quando fosse necessário e como tal, se assim fosse, não havia razões para que a bancada do Partido Socialista votasse contra. -----

--- De seguida, foi dada a palavra ao senhor Vereador João Arraiolos, que reforçou a ideia de que a estrutura existente, com apenas um cargo dirigente para aquelas cinco áreas, dificilmente poderia vir a funcionar e por isso, se entendia que a proposta ali apresentada poderia responder melhor em caso de necessidade ao real funcionamento dos serviços. -----

--- **Deliberação: Aprovado por maioria com 8 votos a favor (CDU) e 8 abstenções (7 PS e 1 MUDA).** -----

--- **Ponto 12: Apreciação e votação da Proposta de Documentos Previsionais para Ano de 2021 - Câmara Municipal de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.**-----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra, começando por explicar quais os documentos que constituíam o ponto e que se tratava do orçamento que globalmente apresentava o valor mais elevado dos últimos anos, bem como o valor de investimento mais elevado concentrado num único ano. Referiu, também, que o orçamento acabava por consolidar uma trajetória e um caminho para o futuro, que o executivo municipal entendia que iam ao encontro das necessidades e expectativas da população. -----

--- De seguida, o senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra para, de forma sucinta, referir que o orçamento resultava dum rumo definido cerca de onze anos antes e que seguia a trajetória prevista, no âmbito da qual se tinha conseguido reduzir dívida e realizar diversas obras e explicou que havia uma grande concentração de investimentos num único ano, que resultava do desenvolvimento em simultâneo das diversas candidaturas a fundos comunitários e dos respetivos prazos impostos pelas mesmas. Disse que se tratava dum documento eminentemente técnico, mas que naturalmente também continha uma componente política, traduzida nas opções tomadas. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, começando por questionar de que forma, em concreto, se iria desenvolver a intenção de captação de investimento privado referida logo no início do documento, bem como que ações em concreto iriam ser adotadas em relação à Barragem dos Patudos. De seguida, referiu que no resumo das despesas por classificação económica, na aquisição de bens de capital, na rubrica edifícios, estava inscrita uma verba de cerca de setecentos mil euros para uma rubrica outros e por isso, pretendia saber a que edifícios se referiam. -----

--- Continuou a intervenção referindo-se ao projeto Redistribuir, questionando como é que o mesmo se iria

operacionalizar e em relação ao plano de valorização ambiental parques e jardins, referiu que tinha dúvidas no que estava dito, ou seja, não compreendia como é que o que ali estava proposto fazer-se iria influenciar ou permitir a recuperação da qualidade da água da Albufeira dos Patudos. Quanto à questão da iluminação LED, questionava se já era possível ter uma estimativa dos valores da poupança com a mudança para tal sistema de iluminação pública. -----

--- Quanto ao Parque Ecológico dos Patudos, questionou como é que se iria integrar o parque de campismo, no projeto de ligação da Reserva Natural do Cavalo do Sorraia à Albufeira, após feita a ligação ao polo do complexo da Casa dos Patudos. -----

--- Em resposta às questões colocadas, o senhor Vereador João Arraiolos explicou que em termos de captação de investimento privado, as ações teriam sempre que passar por intervenções do Município no espaço público, como já tinha acontecido anteriormente, bem como pela divulgação e promoção dos espaços disponíveis para esses investimentos, existindo já plataformas para o efeito a serem usadas pela Autarquia. Referiu que a intervenção no Jardim Municipal era disso um exemplo, pois de certa forma tinha promovido toda aquela zona, através da possibilidade de recurso a benefícios fiscais, em termos de reabilitação urbana e também com o investimento privado, que mudou totalmente o aspeto e imagem urbanística daquela zona da Vila, e permitiu a criação de novos postos de trabalho, pelo que através daquele tipo de ações iriam tentar captar mais investimento para o Concelho. -----

--- Continuou dizendo que as ações de manutenção da Barragem previstas estavam dentro daquilo que era o orçamento do Município, e que para além das que eram feitas com regularidade, previa-se ainda um conjunto de intervenções a desenvolver no espaço envolvente, bem como diligências a levar a cabo junto da tutela, para conseguir o devido apoio na resolução daquela situação. Frisou que os cerca de setecentos mil euros, que estavam previstos, correspondiam na sua essência à segunda fase da reabilitação do Mercado Municipal, existindo também uma parte residual relativa à primeira fase, que ainda não estava liquidada. ---

--- Disse que o projeto Redistribuir já tinha alguns anos e funcionava através da Rede Social, com a coordenação dos serviços de ação social do Município e com a parceria da Junta de Freguesia. No que respeitava à iluminação LED, comprometeu-se a levar os dados na Assembleia Municipal seguinte, até porque tinha havido uma alteração da operadora e só muito recentemente é que os pontos de contagem tinham sido totalmente transferidos para o Município. -----

--- Disse, ainda, que era perfeitamente possível enquadrar o parque de campismo no projeto do Parque Ecológico dos Patudos, pois o mesmo apesar de estar concessionado era propriedade do Município e como tal, podia ser enquadrado no projeto em causa. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, para lembrar que tinha ficado por responder a questão sobre o modo como o plano de valorização de parques e jardins iria influenciar ou permitir a recuperação da qualidade da água da Barragem. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos explicou que todos os eixos ali referidos, em termos teóricos, podiam permitir melhorar o ecossistema, sendo certo também a valorização turística da zona permitia atrair mais desenvolvimento e levar a que a tutela não olhasse para a Barragem apenas como um mero plano de água, chamando assim a sua atenção para a necessidade de auxílio na resolução da situação da qualidade da água. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Armindo Batata para dizer que não conseguia deixar de olhar para as listas das obras elencadas, sem as dissociar dos fundos comunitários existentes, ou seja, não conseguia ver a ligação entre as mesmas, o que levava à questão da falta de estratégia já ali anteriormente referida. Disse, também, que faltava ali uma referência ao espaço urbano e à sua acessibilidade aos cidadãos, ou seja, esse era um tema que continuava esquecido. -----

--- A senhora Deputada Municipal Graciete Brito referiu que ao ler as propostas, notava ali uma grande falta de medidas de captação de investimento, para que as pessoas que viviam no Concelho tivessem ali o seu emprego e que fosse promovido emprego também para outras pessoas. Salientou que, ao nível da ação social a verba lhe parecia pouca, para fazer face às necessidades das populações e que as demais ações ali previstas lhe pareciam muito vagas, muito pouco materializadas em termos concretos. -----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado Celestino Brasileiro, para dizer que entendia que o orçamento era o mais realista possível e que vinha na linha da estratégia que o executivo municipal tinha delineado. Continuou dizendo que estavam contempladas várias ações de apoio às famílias mais carenciadas, com mais dificuldades e menor capacidade económica, como a distribuição de cabazes ao longo do ano, as bolsas de estudos, o projeto Redistribuir, a colaboração com a Junta de Freguesia na recuperação de habitações degradadas, as atividades com os seniores e muitas outras ações que poderiam ser referidas e que demonstravam que o executivo municipal se preocupava com a população do Concelho. -----

--- O senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu tomou de novo a palavra, para expressar que aquele não seria o orçamento do Partido Socialista, pois o mesmo contemplaria essencialmente medidas efetivas que levassem à criação de emprego, com uma grande atenção para a zona industrial de Alpiarça e faria uma aposta muito séria na vertente da ação social, pelo que por tais motivos iriam votar contra. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para dizer que não se podia fazer uma leitura estanque do orçamento, pois havia áreas de intervenção que estavam previstas em várias rubricas e com afetação de verbas em muitas delas. Deu nota que, em relação ao próximo quadro comunitário, tinham sido já transmitidas várias intenções, que iam de encontro ao que ali tinha sido dito, pois aquelas também eram preocupações do executivo municipal, mas nem todas se encaixavam no quadro comunitário em vigor e como tal, não tinha sido possível incluí-las ainda no orçamento e nas opções do plano, sendo que só com recurso ao orçamento municipal não era possível concretizá-las. -----

--- **Deliberação: Aprovado por maioria com voto de qualidade do senhor Presidente da Mesa por 8 votos**

a favor (CDU), 8 votos contra (7 PS 1 MUDA). -----

--- **Ponto 13: Apreciação e votação da Proposta para abertura de procedimento para contratação de um empréstimo de curto prazo no valor de 500.000,00€ - Ano de 2021. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.**-----

--- Foi dada a palavra ao senhor Vereador João Arraiolos, que explicou que o empréstimo em causa não relevava para o valor da dívida do Município, sendo que a proposta apresentada pelo BPI tinha sido a mais vantajosa. -----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata pediu a palavra, dizendo que se ia abster na votação, porque considerava que aquele era um ato de gestão de tesouraria e daí o seu sentido de voto. -----

--- **Deliberação: Aprovado por maioria com 8 votos a favor (CDU) e 8 abstenções (7 PS e 1 MUDA).** -----

--- **Ponto 14: Leitura, discussão e votação da ata da Assembleia Municipal realizada no dia 26 de Junho de 2020. Para deliberação.**-----

--- **Deliberação: O ponto foi retirado, porque a ata não foi enviada aos senhores Deputados Municipais.** ---

--- **Ponto 15: Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do art.º 20 do Regimento. Para deliberação.** -----

--- **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CARLOS MARIA ESTEVES, apresentado pelo senhor Deputado Municipal Carlos Marques da Bancada do Partido Socialista** -----

“Faleceu em Alpiarça no dia 13 de Novembro de morte natural o senhor Carlos Maria Esteves. O Senhor Carlos Esteves foi um cidadão exemplar e um amigo de Alpiarça. Era uma pessoa Frontal, Autêntica, Honesta, Trabalhadora e Naturalmente solidária, amigo do seu amigo e que amava a sua Vila e o seu Concelho. Foi Vereador pelo Partido Socialista na Câmara Municipal de Alpiarça, mostrando-se sempre disponível para contribuir para o desenvolvimento do nosso Concelho e cumprindo de forma dedicada e desinteressada as suas funções. Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: 1. Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento do Senhor Carlos Maria Esteves. 2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar”. A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida no dia 18 de Dezembro de 2020, manifesta o mais profundo pesar pelo seu falecimento, e endereça aos seus familiares, as mais sentidas condolências”. -----

--- **Deliberação: A Assembleia Municipal de Alpiarça aprovou por unanimidade o Voto de Pesar.** -----

--- **O senhor Presidente da Mesa informou que foi apresentado outro voto de Pesar, mas como tinha sido enviado fora de prazo, a Assembleia Municipal devia votar pela sua inclusão na votação, pelo que colocava o assunto à votação.** -----

--- **Deliberação: Aprovada por unanimidade a inclusão do Voto de Pesar.** -----

--- **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE EDUARDO LOURENÇO FARIA, apresentado pelo senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe da Bancada do Partido Socialista** -----

“Filósofo, professor, ensaísta, escritor e interventor cívico, Eduardo Lourenço foi um dos pensadores e intelectuais mais proeminentes da cultura e da política contemporânea portuguesa e europeia. Eduardo Lourenço Faria nasceu em 23 de maio de 1923, em S. Pedro do Rio Seco, no concelho de Almeida, distrito da Guarda, faleceu na terça-feira, primeiro de dezembro de 2020, aos 97 anos. Eduardo Lourenço é, e será sempre, figura destacada do pensamento político português, e uma referência incontornável a quem devemos algumas das críticas mais frontais e relevantes que influenciaram a política e as políticas nacionais. Vencedor de diversos prémios, incluindo o Pessoa e o Camões, distinguido por quatro vezes com ordens nacionais, e também reconhecido no estrangeiro A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida no dia 18 de Dezembro de 2020, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Eduardo Lourenço e apresenta aos seus familiares as sentidas condolências pela perda, deste sábio, desta figura essencial do Portugal que vivemos”. -----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata sugeriu que o voto de pesar fosse apresentado em nome de toda a Assembleia Municipal e as Bancadas do Partido Socialista e da CDU aceitaram. -----

--- **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Alpiarça aprovou por unanimidade o Voto de Pesar. -----

--- **PERÍODO DO PÚBLICO** -----

--- Foi dada a palavra ao público, mas não houve pedidos de intervenção. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à 2.ª secretária, senhora Deputada Municipal Fernanda Garnel para ler a minuta da ata, que foi colocada à discussão e votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelo senhor Presidente da Mesa eram 02h00m. -----

--- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Mesa João Osório _____

1.º Secretário Miguel Miranda _____

2.ª Secretária Fernanda Garnel _____

Alpiarça, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte. -----